

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de julho a 30 de setembro de 2025



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL:

Balanço da Atuação do Núcleo Especializado e Cidadania de Direitos Humanos na Operação Escudo/Verão: Debates Sobre Memória, Justiça e Reparação.

Em 28/07/2025 completaram-se dois anos da data que foi deflagrada a “Operação Escudo” no Estado de São Paulo, especificamente nas cidades da Baixada Santista. Motivada pela morte do soldado Patrick Bastos Reis, de 30 anos, das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), a operação foi marcada pela presença ostensiva de policiamento fortemente armado nas cidades do Guarujá e Santos, produzindo inúmeras incursões nas partes periféricas das cidades e provocando 28 mortes em decorrência da intervenção policial no período de 28/07/2023 até 03/09/2023.

Atuação em casos individuais: Quando do início da Operação, o programa “Rede Apoia” atendia apenas casos da capital. Assim, o acolhimento, atendimento e acompanhamento dos familiares que desejaram assistência da Defensoria Pública foi assumido pela coordenação do NCDH. Atualmente, considerando apenas a Operação Escudo, o NCDH está formalmente habilitado como assistente de acusação em 12 casos de morte por intervenção policial e em 2 casos de pessoas que sobreviveram após serem alvejadas pela polícia militar.

Atuação Internacional: No âmbito internacional, o NCDH elaborou pedido de medida cautelar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteção dos familiares da família de um jovem que foi morto pela polícia no curso da Operação Escudo. A família foi alvo de inúmeras violações de direitos, desde outubro/2023, como invasões de domicílios, abordagens e revistas ilegais. Em março/2024 o Ministério Público chegou a formular pedido de cautelar inominada, deferido pelo Juízo de Santos, para que a polícia motivasse as entradas no domicílio e justificasse as buscas realizadas previamente. Ainda assim, as ameaças não cessaram. O NCDH acionou o PROVITA, mas não foi possível a inclusão da família. Com o arquivamento do inquérito que apurava a morte de Layrton, as cautelares foram revogadas. A família continuou a ser ameaçada e, diante desse fato, não foi identificada outra alternativa que não o recurso ao sistema internacional. Assim, o pedido foi apresentado ao sistema interamericano de direitos humanos em 28/08/2024 e, em 18/11/2024, a Comissão Interamericana concedeu as medidas cautelares solicitadas.

EDITORIAL

Atualmente, a família segue sendo acompanhada pelo NCDH e pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do MDHC. Além da medida cautelar, em conjunto com organizações da sociedade civil, encaminhamos dois apelos urgentes ao relator especial de execuções sumárias. Ainda não tivemos resposta formal do relator. Também instamos a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por meio de carta enviada com base no artigo 41 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e formulamos pedido de audiência pública, que foi aceito. A audiência ocorreu dia 12/07/2024 e contou com a participação da Defensora Cecilia Nascimento Ferreira.

Atuação coletiva: O NCDH, em parceria com a Conectas Direitos Humanos ingressou em setembro de 2023, com a ação civil pública nº 1057956-89.2023.8.26.0053 visando, em síntese, garantir o direito fundamental à segurança pública por meio de maior controle e transparência nas operações policiais realizadas na Baixada Santista, o que seria consubstanciado pelo uso obrigatório de câmeras corporais em todos os policiais militares envolvidos na operação. A tutela de urgência foi concedida pelo juízo de primeira instância, obrigando o uso das câmeras em tais operações, mas foi posteriormente suspensa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) ainda no mês de setembro de 2023. Em razão da suspensão da liminar, o NCDH, em parceria com a Plataforma Justa e a Conectas Direitos Humanos, ingressou em 14 de dezembro de 2023 com pedido de Suspensão de Liminar (SLS 1696/SP) no Supremo Tribunal Federal contra essa decisão. O pedido formulado pela Defensoria Pública foi inicialmente indeferido pelo STF em 30 de dezembro de 2023. Destaca-se, contudo, que embora tenha sido negado o pedido de reestabelecimento da liminar, a decisão reconheceu, de forma inédita, a legitimidade da instituição para ingressar com pedido de suspensão de liminar. Na fundamentação, o Ministro Presidente destacou a necessidade de conferir às instituições a máxima eficácia das funções que lhe são atribuídas, principalmente a promoção de direitos humanos e a efetivação dos direitos fundamentais dos necessitados diante de risco de grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas. Em dezembro de 2024, diante de nova escalada de violência policial no Estado, o NCDH apresentou nova reconsideração ao pedido formulado em Suspensão de Liminar. A fim de subsidiar a incidência judicial com informações e dados concretos, o Núcleo Especializado apresentou pesquisa sobre as solicitações de acesso às imagens de câmeras corporais pela Defensoria Pública no Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO). Em 09 de dezembro de 2024, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luís Roberto Barroso, enfim deferiu o pedido de reconsideração formulado. Após a prolação destas decisões, em janeiro de 2025, o Estado de São Paulo interpôs um Agravo Interno, buscando reverter a decisão do Ministro Luís Roberto Barroso junto ao Plenário do Supremo Tribunal Federal. O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresentou contraminuta ao Agravo Interno e produziu dados a respeito da utilização dos equipamentos pela polícia militar do Estado de São Paulo. Diante da complexidade técnica do tema e dos desafios relacionados à implementação da política pública em questão, em 14 de abril de 2025, o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou o encaminhamento do feito ao Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL), para a realização de audiência de conciliação. Foram, então, realizadas três audiências de conciliação (nos dias 24 e 29 de abril e 07 de maio de 2025), das quais participaram as coordenadoras do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e a Defensora Pública Geral, resultando no acordo que assegura avanços em termos de transparência e ampliação da política de câmeras corporais, tema que já foi objeto de comunicado próprio do NCDH.

EDITORIAL

Análise e produção de dados: Em maio de 2024 foi firmado acordo de cooperação técnica entre o GENI -UFF (Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense) e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo no âmbito do "Projeto Mirante". O Projeto Mirante é uma iniciativa multidisciplinar que desenvolve metodologias e tecnologias para a investigação em casos de violência institucional, a partir de uma parceria com defensorias públicas, universidades e organizações da sociedade civil. Em 2024 o Projeto, desenvolvido pelos Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos das Defensorias Públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo foi vencedor do "Prêmio Inovare" na categoria Defensoria Pública (<https://www.premioinnovare.com.br/edicoes/21a-edicao-2024/21>). A partir desse projeto, pesquisadores do GENI/UFF elaboraram inicialmente uma nota técnica, divulgada em 16 de setembro de 2024, que apresentou a compilação e análise de documentos relativos à 1ª fase da Operação Escudo, constantes de 22 procedimentos de investigação (20 PIC's instaurados pelo Ministério Público e 1 inquérito policial). A nota está disponível neste link: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/f035d2be-3fa6-a38d-8b49-10ed878f70a0>).

Por ocasião dos 2 anos da Operação, foi lançado o relatório final dessa pesquisa, agora analisando 29 Procedimentos de Investigação Criminal e trazendo um detalhamento de cada caso e suas vítimas. Dentre as conclusões apresentadas, destacam-se:

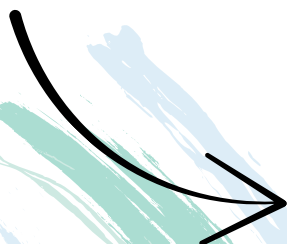
- o perfil sociodemográfico das vítimas, que aponta para um direcionamento da força letal a uma faixa específica da população, formada majoritariamente por negros, adultos e moradores das zonas periféricas daqueles municípios;
- A significativa participação da Operação no total de Mortes em Decorrência de Intervenção Policial (MDIP) no Estado de São Paulo, especialmente nos meses com maior número de ocorrências (julho e agosto), sinalizam a gravidade da Operação;
- O excessivo uso da força pelos policiais;
- As características de retaliação institucional ou "vingança" na Operação, que foram agravadas em razão de novas ocorrências contra policiais;
- A subutilização das diferentes formas de evidências ou provas materiais associadas as Ciências Forense e a desvalorização de protocolos de produção de provas periciais;
- importância das gravações em Câmeras Operacionais Portáteis para investigações sobre Mortes em Decorrência de Intervenção Policial (MDIP) e o mau uso/subutilização dos equipamentos durante a Operação;
- A sobrevalorização do testemunho dos agentes de Estado presentes em todos os casos e servindo como articulador do conjunto de evidências e a subvalorização do testemunho de moradores e familiares



EDITORIAL

de vítimas, dado que estas testemunhas foram consideradas sem credibilidade, ainda que a análise qualitativa indicasse elementos importantes a serem considerados.

Acesse o relatório aqui:



Evento 2 anos Operação Escudo: Nos dias 28 e 29 de julho, o NCDH e o NEIJ, em parceria com a Conectas, Anistia Internacional, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni - UFF) e Movimento Independente Mães de Maio e Escola (EDEPE) organizaram o evento “2 anos da Operação Escudo: Debates Sobre Memória, Justiça e Reparação”. O primeiro dia de evento foi realizado no campus da Unifesp da Baixada Santista, e o segundo em São Paulo, na Faculdade de Direito da USP. No dia 28/07, o encontro ocorreu na UNIFESP/Santos, onde foi apresentado o relatório sobre a violência letal na Operação Escudo, seguido de debates entre os participantes. Em seguida, realizou-se a escuta de familiares das vítimas e de comunidades impactadas pelas Operações Escudo e Verão. O evento foi encerrado com o lançamento da Plataforma GENI-UFF: Da Busca por Memória. No dia 29/07, a programação aconteceu na Faculdade de Direito da USP, com nova apresentação do relatório sobre a violência letal na Operação Escudo e debates entre os presentes. Na sequência, discutiu-se o papel da imprensa na denúncia da violência institucional. Participaram do evento diversos familiares de vítimas da operação escudo, a Secretária Nacional de Acesso à Justiça Sheila de Carvalho, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, representada pelo seu Coordenador Geral Rui Leandro da Silva Santos, os pesquisadores do GENI/UFF Professores Daniel Hirata e Luciana Fernandes, a diretora da Anistia Internacional Alexandra Montgomey e a pesquisadora da Anistia Internacional Natália Damázio, a coordenadora do Movimento Mães de Maio Debora Maria da Silva, o diretor de litigância da Conectas Gabriel Sampaio, os jornalistas Tulio Kruse (Folha de S. Paulo), Luis Adorno (UOL) e Agnes Cruz (Ponte Jornalismo). Seguem anexas fotos do evento para divulgação.

O evento repercutiu em uma série de matérias jornalísticas:



EDITORIAL



Operação Escudo: relatório aponta vingança contra jovens negros e pobres em SP

Estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi divulgado dois anos após a Operação Escudo ser desafiada na Baixada Santista, no litoral de São Paulo.

01 Jul 2025



Escudo: 70% dos PMs que atuaram em mortes haviam trabalhado em casos fatais

De 51 policiais militares que participaram de mortes na Operação Escudo, entre julho e setembro de 2023, na Baixada Santista, e que foram indagados em interrogatórios sobre participações em ocorrências...

UOL 7 Jul 28

2/4
28/07 - UNIFESP/Santos - Rua Carvalho de Mendonça 144, Vila Mathias - Santos - SP
18h00 - 18h30
Abertura do Evento
18h30 - 20h30
Mesa 1 Apresentação do relatório sobre violência letal na Operação Escudo, com debates
20h30 - 21h30
Mesa 2 Escuta de familiares das vítimas e comunidades afetadas pela Operação Escudo/Verão
21h30 - 22h00
Lançamento da Plataforma GENI-UFF: da busca por memória



Jornal Tribuna 2ª Edição | Operação Escudo completa dois anos e relatório...

Estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi divulgado dois anos após a Operação Escudo ser...

Globoplay

3/4
29/07 - Faculdade de Direito da USP
Sala Ruy Barbosa Nogueira - Largo São Francisco, 95
Centro - São Paulo
17h30 - 18h00
Abertura do Evento
18h30 - 20h30
Mesa 1 Apresentação do relatório sobre violência letal na Operação Escudo, com debates
20h30 - 22h00
Mesa 3 O papel da imprensa na denúncia da violência institucional

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Arquivamento de 11 casos da Operação Escudo/Verão

Nos dias 02 e 04 de julho de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) concedeu entrevistas ao jornal "A Tribuna", à emissora de TV afiliada à Globo e ao jornal Folha de S. Paulo. A Defensora Pública Gabriela Galetti Pimenta analisou as decisões de arquivamentos mantidas pelo Procurador Geral de Justiça em relação aos inquéritos que investigavam as mortes decorrentes das Operações Escudo e Verão. Segundo o Ministério Público, não havia provas suficientes para novas denúncias, apesar dos pedidos da Defensoria Pública para reabrir os casos.



Jornal Tribuna 1ª Edição | Procurador mantém arquivamento de inquéritos

Os 11 Inquéritos investigam a conduta de PM durante as operações Escudo e Verão.

Globoplay



Escudo e Verão: Promotoria arquiva inquéritos sobre mortes - 02/07/2025 - Cotidiano - Folha

Morte de mãe de seis filhos e de homem com muletas ficaram sem denúncia; Ministério Público diz que decisão foi tomada após análise das provas

folha.com.br / 1ul 2

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

31/07/2025 - Debate: Reconhecimento Facial e os riscos da Vigilância indiscriminada

Em 31 de julho de 2025, a Defensora e Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Fernanda Penteado Balera, compareceu a um evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)], a fim de debater os impactos e riscos do uso indiscriminado de tecnologias de vigilância e monitoramento para a proteção dos direitos e garantias humanas fundamentais, sobretudo nas ciências penais.

Em maio, o relatório Mapeando a Violência Biométrica, elaborado pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) diagnosticou a expansão massiva de dispositivos de reconhecimento facial no Brasil desde 2014, alertando para a falta de transparência, a escassez de estudos de eficácia, a omissão de informações e a ausência de regulamentação específica nessa área.

O relatório aponta problemas estruturais no uso de tecnologias biométricas, incluindo a opacidade ou ausência de informações públicas sobre bancos de dados e a impossibilidade de realização de auditorias independentes.

Nos últimos anos, órgãos públicos e demais entidades que atuam na promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos vêm manifestando preocupação com o chamado racismo algorítmico e a intensificação de abordagens policiais motivadas pelo uso indiscriminado de tais tecnologias.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

02/08/2025 - Plenária de 1 ano do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e defesa dos povos e comunidades tradicionais.



No dia 02/08/2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo participou da Plenária de um ano do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e defesa dos povos e comunidades tradicionais. A atividade contou com grupos de trabalhos para discutir a atuação da defensoria na defesa das comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas. Em conjunto com a Defensoria Pública da União, o NCDH mediou um dos grupos de trabalho.

15/08/2025 - Seminário Salve! do Instituto Pro Comum

Em agosto de 2025, a Defensora Pública do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Surrailly Fernandes Youssef, compareceu ao segundo dia do "Seminário Salve!", em Santos (SP), para mediar um debate sobre os impactos, desafios e possibilidades de atuação responsável frente ao avanço e à incorporação de novas tecnologias de vigilância e monitoramento na segurança pública. A coordenação participou da mesa temática Tecnologias Cidadãs e o Futuro da Segurança Pública, que contou com as contribuições dos palestrantes Gabriel Leite Carvalho, Marília Fabbro de Moraes e Marianna Araújo e Silva.

Os encontros que marcaram os dias 14/08 e 15/08/2025 são parte do projeto Salve!, iniciativa do Instituto Procomum que visa ampliar a participação comunitária nos debates (e respectiva transformação) da Segurança Pública através da adoção de novos paradigmas que se sustentem, sobretudo, pela correlação entre convivência, tecnologia e cuidado.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

29/08/2025 - DESAPARECIDOS: política nacional de busca de pessoas desaparecidas



No dia 29 de agosto de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH, representado pela defensora pública Gabriela Galetti Pimenta, participou do evento de lançamento do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

09/09/2025 - Caso Favela São Remo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Admissibilidade e protocolo de observações adicionais de mérito

Em 28 de abril de 2025, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) admitiu a petição referente à execução de quatro jovens na Favela São Remo, em São Paulo, reconhecendo indícios de violação aos direitos à vida, à integridade pessoal, às garantias judiciais e à proteção judicial, previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, além de dispositivos da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

Na ocasião, a CIDH afastou as alegações do Estado brasileiro quanto à falta de competência material e ressaltou a necessidade de analisar o caso sob a perspectiva da proteção integral de crianças e adolescentes, uma vez que duas das vítimas eram menores de idade. Também registrou falhas graves na investigação que levaram ao arquivamento do inquérito, sem responsabilização dos policiais envolvidos.

Posteriormente, no dia 9 de setembro de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos protocolou observações adicionais de mérito, reafirmando a responsabilidade internacional do Brasil pela ausência de investigação eficaz, pela não reparação dos familiares e pela falta de medidas de não repetição. Atualmente, o caso encontra-se na fase em que a CIDH intimará o Estado brasileiro a se manifestar sobre essas observações, antes da emissão do relatório de mérito.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

25/09/2025 - Sentença de ação de reparação civil proposta pelo NCDH reconhece falha no uso de câmera corporal para responsabilizar o Estado por violência policial

O NCDH ajuizou ação indenizatória contra o Estado de São Paulo devido a violência policial praticada contra um homem negro por policiais militares. O autor relatou que sofreu socos, chutes e torção do braço sem oferecer resistência. O laudo do IML confirmou lesões corporais leves. Por conta do episódio de violência, o interessado registrou denúncia junto à Corregedoria das Polícias. A Justiça reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado, diante das provas apresentadas e devido a ausência das imagens de câmeras corporais, que deveriam estar disponíveis. O juiz considerou configurada a responsabilidade civil do Estado e fixou indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00, além de indenização por um dia de trabalho perdido, a ser apurado em liquidação de sentença. O caso segue acompanhado pela Unidade Fazenda Pública.

11/09/2025 - Lançamento da Pesquisa - Ranking de Batalhões Mais Letais de SP, do Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo.

No dia 11 de setembro de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos - NCDH, representado pela defensora pública Gabriela Galetti Pimenta, participou do lançamento do Ranking de Batalhões Mais Letais de São Paulo, iniciativa do Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo. O evento integrou a programação da Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

16/09/2025 - Atendimento in loco na Comunidade do Moinho

Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e de Habitação e Urbanismo (NEHU) realizaram atendimento in loco na Comunidade do Moinho, entre 16h e 19h, com o objetivo escutar os moradores sobre episódios recentes de violência policial, criminalização da comunidade e dificuldades no processo de reassentamento conduzido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e pelo Governo Federal.

Foram ouvidos 22 moradores, que relataram práticas de violência e cerco policial, bem como impactos cotidianos decorrentes da presença ostensiva das forças de segurança. Além disso, foram identificados problemas recorrentes no atendimento habitacional, como ausência de informações claras, demora na efetivação das mudanças e constrangimentos no cadastramento.

Durante a visita, também foram registradas denúncias de demolições realizadas antes da realocação definitiva de todas as famílias, o que tem exposto os moradores a riscos à saúde e à integridade física. Os relatos coletados apontam para falhas graves na política habitacional e para a necessidade de atuação institucional contínua em defesa dos direitos da comunidade.



18/09/2025 - Fórum Justiça - "Desafios para o controle externo das polícias"

No dia 18 de setembro de 2025, às 16h, ocorreu a Plenária Virtual do Fórum Justiça sobre o tema "Desafios para o controle externo das polícias". O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) foi representado pela defensora Gabriela Galetti Pimenta, que participou do encontro voltado ao aprofundamento da discussão em torno dos achados da pesquisa "Quem Controla as Polícias?".

O trabalho é resultado de uma colaboração estratégica entre o Fórum Justiça, Conectas Direitos Humanos, GEVAC, Ideas Assessoria Popular, IDMJR e CESeC. A plenária contou ainda com a participação de Pablo Nunes, doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ e coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), responsável pela apresentação dos principais pontos da pesquisa.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

29/09/2025 - Evento: Ouvi-las: Curso para Lideranças comunitárias, rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, Defensores/as Públicos/as, Agentes do CAM, Assistentes Técnicos/as, Oficiais e Estagiários/as da Unidade do Guarujá sobre Escuta Qualificada e Empoderamento Legal

No dia 29 de setembro de 2025, foi realizado o evento “Ouvi-las: Curso para Lideranças Comunitárias”, que reuniu integrantes da rede de atendimento a mulheres vítimas de violência, defensores(as) públicos(as), agentes do CAM, assistentes técnicos(as), oficiais(as) e estagiários(as) da Unidade do Guarujá. O encontro teve como foco a escuta qualificada e o empoderamento legal.

Na oportunidade, a Defensora Pública Gabriela Galetti Pimenta, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, ministrou a palestra “Políticas Públicas e Direitos Humanos”. Em sua fala, abordou questões centrais como: o que são políticas públicas, o papel do Estado e da sociedade civil na sua formulação e efetivação, além de propor uma reflexão sobre o tripé direito-lei-política pública e sua relação com a efetivação dos direitos humanos.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

03.07.2025: Formação e capacitação para os equipamentos da assistência social vinculados ao Centro POP Bela Vista

No dia 03 de julho, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) realizou uma atividade de capacitação direcionada aos assistentes sociais e psicólogos dos serviços de atendimento à população em situação de rua vinculados ao Centro Pop Bela Vista, na região central da capital. A atividade contou com a participação da defensora pública Surrailly Fernandes Yousef e do sociólogo Wilherson Carlos Luiz. Na oportunidade, foram abordadas temáticas como direitos das pessoas em situação de rua perante ações de zeladoria urbana; o acesso às políticas públicas de assistência social; e o atendimento especializado à população em situação de rua da capital.



24/07/2025: Atendimento itinerante noturno para a população de rua Marechal Teodoro e Operação Baixa Temperatura



Em 24 de julho de 2025, o NCDH, em conjunto com o DAIEP, realizou atendimento itinerante à população em situação de rua na Praça Marechal Deodoro, região central de São Paulo. A ação ocorreu à noite, ao lado da tenda da Operação Baixas Temperaturas, iniciativa municipal que oferece acolhimento, alimentos e cobertores em noites com temperaturas abaixo de 13°C. Foram realizados 30 atendimentos em demandas de natureza cível e criminal. Entre as demandas cíveis, 54% estavam relacionadas à regularização de documentos pessoais. Equipes do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e seu Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) e da Divisão de Atendimento Inicial Especializado à População em Situação de Rua participaram da atividade.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

12/08/2025 Formação sobre IA: Tecnologia e Garantias de Direitos na Defensoria Pública O Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

O NCDH, por meio de sua coordenadora Surrailly Fernandes Youssef, participou da mesa Direitos humanos e uso de IA na Defensoria e no Judiciário: riscos e oportunidades, em evento organizado pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Nessa oportunidade, foram discutidas as duas ações civis públicas propostas pelos núcleos especializados devido aos impactos do uso de tecnologias de reconhecimento facial em direitos da população vulnerável.

05/08/2025 - Curso de Formação dos novos defensores/as sobre atendimento à pop rua

No dia 05 de agosto de 2025, as Defensoras Fernanda Penteado Balera e Surrailly Fernandes Youssef, representando o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, ministraram o curso de formação ofertados aos novos defensores e defensoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O curso teve como tema principal o atendimento à população de rua.



06/08/2025 - Encontro com estudantes do Projeto Defensores/as Populares do Ministério da Justiça.

Em atenção ao tema da população em situação de rua, no dia 06 de agosto de 2025, o NCDH participou de uma reunião com o projeto Defensores/as Populares do Ministério da Justiça. A turma de estudantes da Zona Sul/Cidade Ademar apresentou relatório sobre o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços de assistência social e saúde, bem como apontou possíveis encaminhamentos para superação da situação de rua. Estiveram presentes o coordenador do NUPIR Vinícius, o coordenador pop rua Rafael Lessa e, representando o NCDH, a Defensora Surrailly Fernandes Youssef e o sociólogo Wilherson Carlos Luiz.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

19/08/2025: Atendimento itinerante do Dia de Luta da População em Situação de Rua – SEFRAS / Chá do Padre

Na terça-feira (19/08), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) participou do atendimento itinerante à população em situação de rua no Chá do Padre, localizado na Rua Riachuelo, 268, Sé. A ação teve como objetivo oferecer apoio jurídico às pessoas em situação de rua, facilitando o acesso a serviços e políticas públicas.

Foram realizados cerca de 60 atendimentos. Entre as demandas cíveis, a principal foi a regularização de documentos pessoais, especialmente emissão de certidão de nascimento. Equipes do NCDH e do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) participaram da atividade.



21/08/2025: Visita in loco ao Centro POP Santa Cecília



Na quinta-feira (21/08/2025), o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) realizou visita ao Centro Pop Santa Cecília, equipamento da rede socioassistencial voltado ao atendimento da população em situação de rua, localizado na região central de São Paulo. A atividade teve como objetivo realizar uma inspeção para verificar a estrutura do Centro Pop, o perfil da população atendida, as principais demandas, como se dá a organização dos funcionários - servidores públicos, do NPJ e terceirizados - e avaliar as principais dificuldades encontradas na realização do trabalho. Na oportunidade, foram abordadas temáticas como direitos das pessoas em situação de rua perante ações de zeladoria urbana; o acesso às políticas públicas de assistência social; e o atendimento especializado à população em situação de rua da capital. A visita contou com a participação da defensora pública Surrailly Fernandes Youssef, do sociólogo Wilherson Carlos Luiz e da psicóloga do NCDH Iara Pedro.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

25/08/2025: Atendimento itinerante noturno para a população de rua - República



Na segunda-feira (25/08), o NCDH, em articulação com o DAIEP, realizou atendimento itinerante à população em situação de rua na região da República, centro de São Paulo. A ação ocorreu à noite e teve como objetivo oferecer apoio jurídico e social às pessoas em situação de rua, facilitando o acesso a serviços públicos e políticas de assistência. Foram realizados 35 atendimentos. As demandas foram, em sua maioria, de natureza cível e, em menor proporção, criminal. Entre as demandas cíveis, a maior parte estava relacionada à regularização de documentos pessoais. Equipes do NCDH e do CAM participaram da atividade. .

12/09/2025: Atendimento à população em situação de rua no Núcleo Santana

Na sexta-feira (12/09), o NCDH realizou atendimento itinerante a população em situação de rua no Núcleo de Convivência Santana, Zona Norte da capital. A atividade foi realizada em conjunto com o DAIEP. A unidade atende diariamente mais de 150 pessoas e oferece serviços como café da manhã, almoço, banheiros e chuveiros para adultos/as em situação de rua. Durante a ação, foram realizados 55 atendimentos de natureza cível e criminal, sendo 73% das demandas relacionadas à regularização de documentos pessoais.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

17/09/2025: Visita ao Centro Pop de Santana



Na quarta-feira (17/09), o NCDH realizou visita ao Centro Pop de Santana, equipamento da rede socioassistencial voltado ao atendimento da população em situação de rua, localizado na zona norte de São Paulo. A atividade teve como objetivo realizar uma inspeção para verificar a estrutura do Centro Pop, o perfil da população atendida, as principais demandas, como se dá a organização dos funcionários - servidores públicos, do NPJ e terceirizados - e avaliar as principais dificuldades encontradas na realização do trabalho. Na oportunidade, foram abordadas temáticas como direitos das pessoas em situação de rua perante ações de zeladoria urbana; o acesso às políticas públicas de assistência social; e o atendimento especializado à população em situação de rua da capital. A visita contou com a participação da defensora pública Surrailly Fernandes Youssef, do sociólogo Wilherson Carlos Luiz e da estagiária de pós-graduação Isabela Burgo.

25/09/2025 - Principais temas: atuação da DPE no atendimento da pop rua, acesso à documentação e atividades de educação em direitos sobre violência policial praticada contra pop rua

No dia 25 de setembro de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), representado pela Defensora Pública Surrailly Fernandes Youssef, participou da reunião com a equipe técnica do Estação Cidadania, serviço de atendimento à população em situação de rua localizado no centro de São Paulo e administrado pela SMDHC. Na ocasião, foram tratados temas centrais relacionados à atuação da Defensoria Pública no atendimento à população em situação de rua, com destaque para o acesso à documentação e para o desenvolvimento de atividades de educação em direitos.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Participação do NCDH no Festival POP RUA



Na sexta-feira, dia 29/08, das 10:30 às 16:00, e no sábado dia 30/08, das 10:30 às 14:30, o NCDH, em parceria com a Central de Eventos da Administração Superior, participou do II Festival POP RUA, no Parque da Luz. O evento foi organizado pelo SESC Bom Retiro e pelo Museu da Língua Portuguesa. Ao total foram realizados cerca de 90 atendimentos em demandas como: i) regularização de documentação; ii) orientações jurídicas em processos civis, fazenda pública, família, criminal e execução criminal; iii) orientações jurídicas sobre o acesso às políticas públicas de assistência social e saúde para população em situação de rua e iv) extinções de multa penal.



02/09/25 Atendimento externo aos Trabalhadores ambulantes

No dia 2 de setembro de 2025, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), Habitação e Urbanismo (NHABURB) e Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos Tradicionais (NUPIR) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo realizaram atendimento itinerante na praça Padre Bento, região do Brás. A iniciativa deu continuidade à ação realizada em maio na mesma localidade. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as entrevistas e a coleta de dados com o intuito de entender melhor a dinâmica e os desafios vividos pelos trabalhadores ambulantes.

O objetivo do atendimento foi aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e institucionais que envolvem os vendedores ambulantes, principalmente diante da ausência de regularização para exercício das atividades comerciais e da violência policial identificada no dia a dia.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Atendimento Dia do Desaparecimento



No dia 30 de agosto, data instituída como o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado, a Defensoria Pública realizou um atendimento itinerante em razão da data, acompanhando o ato organizado pelas Associações Mães em Luta e Mães da Sé.

Estiveram presentes no atendimento e no acompanhamento da atividade a Defensora Pública Fernanda Balera, a Defensora Pública Amanda Pilon, bem como Rafael Vernaschi e Massiminiano Biliu.

A iniciativa buscou oferecer acolhimento às famílias, e reafirmar o compromisso institucional da Defensoria Pública com a defesa dos direitos humanos. A participação nesse evento representou um momento de grande relevância, pela importância de dar visibilidade ao tema do desaparecimento forçado.

MEIO AMBIENTE

28.07.2025: Evento com participação do colaborador Paulo



EVENTOS E REUNIÕES

24.07.2025 - Audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos



Em 24 de julho de 2025, os colaboradores do NCDH, Thalita Verônica e Paulo Alvarenga, participaram de audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Redução de metano e catadores de materiais recicláveis.

Acesse o link para assistir a audiência pública:
<https://www.oas.org/pt/cidh/sesoes/audiencia.asp?Hearing=3844>

13/08/2025 - Reunião Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo sobre a Conferência Estadual de Direitos humanos.



No dia 13 de agosto de 2025, a Defensora Pública Surraily Fernandes Youssef, representando o NCDH-DPE/SP, compareceu à reunião da Secretaria da Justiça sobre a Conferência Estadual de Direitos Humanos. O encontro contou, ainda, com a presença de membros e representantes do Ministério Público, do CONDEP e da OAB-SP.

REDE APOIA

19/08/2025: “Efeitos da violência do Estado sobre a sociedade brasileira”

No dia 19 de agosto de 2025, realizou-se uma mesa redonda promovida pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, cujo tema central foi “Os efeitos da violência de Estado sobre a sociedade brasileira”.

O encontro reuniu diversas autoridades e representantes da sociedade civil: Maria Clara, representando a Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça; Débora Maria da Silva, do Movimento das Mães de Maio; Nívia do Carmo Raposo, do Movimento de Mães e Vítimas da Letalidade do Estado do Rio de Janeiro; Gabriel Sampaio, da Conectas Direitos Humanos; Natalia Oliveira, da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas; Ruth Silva Santos, do Movimento Mães de Maio da Bahia; Andrea Haddad, Defensora Pública do Estado de São Paulo; Thales Acorverde, Defensor Público da União no Rio de Janeiro; Maria das Graças Nascimento, da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo; e Railda Alves, representante da AMPARAR.



Estado de SP vai ter que pagar pela morte de morador de rua
Jefferson de Sousa foi morto por PM com 24 tiros de fuzil no Centro de São Paulo

29/08/2025 - Decisão sobre custeio de traslado do corpo de pessoa em situação de rua executada por policiais militares em São Paulo

Após ação proposta pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por seu Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos,

a 11ª vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo determinou, em decisão liminar publicada no dia 29 de agosto de 2025, que o Estado de São Paulo providencie ou arque com as despesas do traslado do corpo de Jefferson de Sousa Santos à sua cidade natal, o município de Craíbas, em Alagoas.

Jefferson migrou para São Paulo, em 2019, após o falecimento da mãe em busca de melhores oportunidades de trabalho. Em São Paulo, entretanto, o rapaz enfrentou dificuldades e passou a viver em situação de rua. Em 13 de junho de 2025, o jovem de 24 anos, que não portava armas e não oferecia risco à integridade dos agentes, foi sumariamente executado por policiais militares após abordagem no centro de São Paulo.

O caso foi amplamente veiculado na imprensa porque registrado na íntegra pelas câmeras corporais (COPs) dos militares envolvidos. Além de inédita, a decisão é considerada um passo importante para o reconhecimento de uma responsabilidade civil objetiva do estado em casos de morte praticadas por agentes de segurança pública, inclusive no que diz respeito à necessária e integral reparação aos familiares.



Acompanhe
Acompanhamento ao vivo de Sessões da Câmara dos Deputados
Portal da Câmara dos Deputados

PARA LER

De Crimes, Penas e Fantasias, de Maria Lúcia Karam

Em seu livro, a jurista e ex-magistrada Maria Lúcia Karam apresenta uma crítica contundente ao papel do Judiciário e ao funcionamento do sistema penal dentro da sociedade capitalista. A obra parte da premissa de que a função judiciária não é neutra nem meramente técnica: é, antes de tudo, uma função política, que atua na manutenção e reprodução das relações de dominação de classe que estruturam o capitalismo.

Segundo Karam, ao aplicar as leis, que nascem de um ordenamento jurídico forjado para proteger os interesses da classe dominante, o Judiciário reforça as desigualdades sociais. Essa seletividade não é um desvio eventual, mas um mecanismo central do direito penal, que serve mais para controlar e punir populações vulneráveis do que para assegurar justiça. A autora argumenta que a própria origem social e formação ideológica da maioria dos magistrados tende a alinhar-se com a lógica de preservação da ordem estabelecida, o que contribui para a legitimação da violência institucional e da exclusão social.

Ao denunciar o caráter estruturalmente desigual e excludente do sistema penal, Karam desmonta o mito da neutralidade judicial e mostra que as promessas de igualdade perante a lei são frequentemente ilusórias em contextos de profundas desigualdades. Sua obra propõe um olhar crítico e desnaturalizado sobre o poder de punir do Estado, evidenciando que a defesa dos direitos humanos exige também o enfrentamento dos abusos e da seletividade do sistema de justiça criminal.

Mães de Maio lança documentário sobre os 19 anos de luta contra a violência do Estado brasileiro

Os Crimes de Maio de 2006 são um lembrete sombrio das fragilidades democráticas e dos abismos sociais do Brasil. O legado desses eventos não está apenas nas estatísticas de mortes, mas na profunda desconfiança da população em relação às instituições. Enquanto a justiça não for feita e os responsáveis não forem punidos, a memória dos que se foram continuará a ecoar como um grito de alerta.



PARA OUVIR

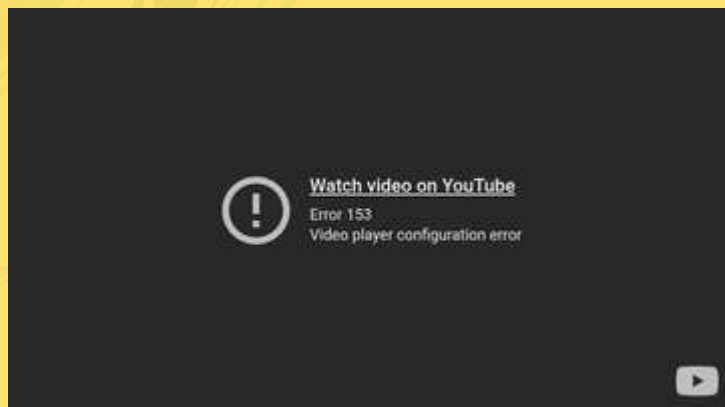
O podcast “Eu Só Preciso Que Alguém Me Ouça”, produzido pelo CRIAR Brasil, dá voz a mães que perderam filhos para a violência policial e estatal. A série nasceu de uma pesquisa acadêmica e busca transformar dor em memória, denúncia e luta por justiça, destacando histórias que, muitas vezes, são silenciadas pelo discurso oficial. Em episódios curtos e narrativos, costura depoimentos pessoais com análises de pesquisadoras e ativistas, evidenciando a seletividade da violência e os desafios enfrentados pelas famílias que resistem ao apagamento das vítimas.

O primeiro episódio, intitulado “Dalva e a Persistência na Busca por Justiça”, apresenta a trajetória de Dalva, mãe que há mais de vinte anos luta por respostas sobre a morte de seu filho Thiago. Seu relato evidencia não apenas o sofrimento causado pela violência de Estado, mas também a força das redes de apoio formadas por outras mães e familiares, que transformam a experiência da perda em mobilização social. A história de Dalva revela os obstáculos institucionais enfrentados na busca por responsabilização, ao mesmo tempo em que ressalta o papel fundamental da memória e da resistência coletiva na construção de caminhos por justiça.



PARA VER

**Início do julgamento do REsp 172497 no STJ,
referente a ACP dos Crimes de Maio -
Reconhecimento pelo Relator da
imprescritibilidade de graves violações de
direitos humanos**



Ministro do STJ reconhece crimes de maio de 2006 como grave violação de direitos humanos e vota contra prescrição

Grandes crimes podem abrir caminho para responsabilização do Estado e reparação a familiares das vítimas mortais troqueiro em São Paulo. Como já havia
fidelizado parte das investigações, e agora discute imprescritibilidade dos crimes.

Por **Carla Acayaba**, g1 SP
Atualizado há um mês



Ministro do STJ reconhece crimes de maio de 2006 como grave violação de direitos humanos e vota contra prescrição

PARA VISITAR

Museu da Língua Portuguesa (São Paulo)

Localizado na Estação da Luz, o Museu da Língua Portuguesa é uma imersão sensorial e intelectual na história e na vitalidade do nosso idioma. O espaço é interativo, tecnológico e profundamente sensível: mostra a formação multicultural do português brasileiro, os encontros e desencontros coloniais que o moldaram e a forma como ele continua se transformando pelas mãos de quem o fala — indígenas, africanos, migrantes, periferias urbanas, todos.

Mais do que um museu sobre gramática, é um espaço sobre identidade, memória e diversidade. Cada instalação revela como a língua é também um campo de disputa de poder e de resistência cultural. Visitar o museu é um lembrete de que falar é existir — e de que a preservação dos direitos humanos também passa por proteger e valorizar as vozes marginalizadas.



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira
Gabriela Galetti Pimenta
Andrea Castilho Nami Haddad Barreto

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Alessandra Regina Januário Cintra
Amanda Pilon Barsoumian
Angelo de Camargo Dalben
Antonio José Maffezoli Leite
Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Dutra Pinchiaro
Genival Torres Dantas Junior
Luciano Dal Sasso Masson
Massiminiano Fernandes Biliu
Marcelo Dayrell Vivas
Mario Thiago Moreira
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Rafael Lessa Vieira de Sá
Rafael Valle Vernaschi
Raul Carvalho Nin Ferreira
Renato Campos Pinto De Vitto
Thalita Verônica Gonçalves
Vitor Ortiz Amando de Barros
Yanko Oliveira Carvalho Bruno

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Luana Colli Galiás Vargas
Daniela Lima de Jesus

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabela Rangel Fraga Burgo
Raquel Moreira dos Santos
Níria Machado de Sousa

COMISSÃO DO BOLETIM

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Daniela Lima de Jesus
Isabela Rangel Fraga Burgo
Luana Colli Galiás Vargas
Raquel Moreira dos Santos
Níria Machado de Sousa